

Socialização, subjetivação e individualização:

as contribuições de Beck, Beck-Gernsheim e Elias para uma Sociologia do Indivíduo

Vitor Tavares Bahia¹

Resumo

A partir da classificação proposta por Danilo Martuccelli da tradição sociológica face a uma construção de uma nova proposta para se pensar problemas clássicos das Ciências Sociais, a chamada Sociologia do Indivíduo oferece insights importantes para pensar a sociologia como um todo. Neste artigo, trato de duas tradições distintas para exemplificar os desafios e possibilidades dessa agenda teórico-metodológica da Sociologia. Por um lado, trago as contribuições da sociologia de Norbert Elias e, por outro, do diagnóstico de tempo de Beck e Beck-Gernsheim. Ao fim, proponho uma breve e sucinta problematização para se pensar a Sociologia do Indivíduo num cenário de modernidade periférica.

Palavras-chave: Sociologia do Indivíduo; subjetivação; socialização; individualização.

Socialization, subjectivation and individualization:

such as those of Beck, Beck-Gernsheim and Elias for a Sociology of the Individual

Abstract

From the classification proposed by Danilo Martuccelli of the sociological tradition in the face of a construction of a new proposal to think about classic problems of the Social Sciences, the so-called Sociology of the Individual offers important insights to think about sociology as a whole. In this article, I treat two distinct traditions to exemplify the challenges and possibilities of this theoretical-methodological agenda of Sociology. On the one hand, I bring the contributions of Norbert Elias's sociology and, on the other hand, Beck's and Beck-Gernsheim's time diagnosis. In the end, I propose a brief succinct problem to think of the Sociology of the Individual in a scenario of peripheral modernity.

Keywords: Sociology of the Individual; subjectivation; socialization; individualization.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição. *E-mail:* vitorrtb@gmail.com.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo principal discutir as diferenças e convergências entre as análises de Beck/Beck-Gernsheim e Norbert Elias em face a uma construção de uma Sociologia do Indivíduo, a partir da divisão analítica entre socialização, subjetivação e individualização feita por Danilo Martuccelli (2007) em *Cambio de Rumbo: la sociedad a escala del individuo*, na tentativa de identificar cada uma dessas categorias na obra dos autores em questão. Este campo da sociologia será entendido, basicamente, como aquilo que Martuccelli diagnostica na teoria sociológica: o fato de que a sociedade deixa de ser o ponto de partida (ou a unidade de análise) exclusivo para a compreensão e explicação dos fenômenos sociais. Segundo este mesmo autor, é resultado de uma continuidade histórica e de uma característica contemporânea a necessidade de a cena sociológica voltar-se com mais força e interesse programático, nos termos de uma formulação de agenda de pesquisa, para o indivíduo.

A Sociologia do Indivíduo, no entanto, vale ressaltar, não se trata de uma adesão irrestrita a análises microsociológicas ou em escalas individuais. Esta seria apenas uma das maneiras de se analisar a centralidade do indivíduo na sociedade contemporânea. Martuccelli chama atenção para isso e aponta para três correntes (ou raízes) sociológicas que trataram do tema do indivíduo (ou do efeito da sociedade sobre o indivíduo) de maneiras distintas: a) Socialização; b) Subjetivação; e c) Individualização². A primeira pode ser resumida ao processo através do qual o indivíduo se integra na sociedade, a partir da introjeção das normas sociais e da capacidade social e psicológica de se adaptar aos contextos sociais vigentes. Há, nessa tradição sociológica, uma forte dependência explicativa do indivíduo em relação às estruturas sociais. Segundo Martuccelli (2007, pp. 20-21), “los individuos se construyen, si no sempre en reflejo, al menos en estrecha relación con las estructuras sociales.” Dentro dessa corrente sociológica, no entanto, há divergências em relação à força e à variação das experiências de socialização, sobretudo pelo fato de que, em sociedades com grande diferenciação social, a socialização não se constitui como uma experiência linear e padronizada a todos os indivíduos. Há variações de

² No texto, o termo usado pelo autor é “individuación”. No entanto, será traduzido aqui como *individualização*, pois entende-se que o autor não explica esse conceito como a ideia de *particularidade do indivíduo*, único e indivisível, mas sobretudo tenta chamar atenção para uma tradição sociológica que procura compreender as mudanças sociais a partir do indivíduo. Nas palavras do autor: “La intención de esta matriz es, por lo tanto, establecer una relación *sui generis* entre la historia de la sociedad y la biografía del actor.” (MARTUCCELLI, 2007, p. 30). É necessário dizer, ainda, que Martuccelli diferencia *individuación* de *individualización* de acordo com o tempo histórico relacionado a cada processo. Individualização seria o tipo de individuação da contemporaneidade, algo próximo do individualismo institucional de Beck/Beck-Gernsheim (2002).

socialização. Por outro lado, mas somado a isso, não só há variação cultural e normativa, como também as particularidades individuais, que complexificam o processo de integração do indivíduo à sociedade.

Sobre a subjetivação, esta está ligada não aos processos de socialização, mas aos de racionalização. Se a sociologia surge da divisão dos conceitos de individualização e racionalização³ para explicar os processos de mudança nas sociedades modernas (HONNETH, 2004), a corrente ligada à ideia de subjetivação está preocupada, primordialmente, com aquele segundo conceito.⁴ A ideia de subjetivação remete, por um lado, ao processo subjetivo individual de “fabricarse como sujeito” (MARTUCCELLI, 2007, p. 25), e, por outro, à construção (ou a existência) de um sujeito coletivo (o proletariado, para Marx, por exemplo). Essa divisão pode, ainda, sofrer outra classificação específica, ligada ao seu caráter coletivo ou individual: o processo de subjetivação está relacionado, também, com as possibilidades de emancipação/liberdade/autonomia do sujeito, por um lado, e de controle social/sujeição, por outro.

Por fim, a terceira corrente volta-se para compreender os processos de individualização, ou seja, a relação entre as estruturas sociais e as experiências individuais. Ou de que forma, por um lado, as mudanças estruturais afetam as experiências individuais e, por outro, como estas últimas influenciam (ou podem dar as respostas necessárias para explicações macrossociológicas) os processos coletivos. Segundo Martuccelli (2007, p. 30), “la dinámica esencial de la individuación combina un eje diacrónico con un eje sincrónico, tratando de interpretar el en horizonte de una vida - o de una generación – las consecuencias de las grandes transformaciones históricas”. É importante explicitar, nesse sentido, que esta tradição ligada aos processos de individualização não está necessariamente voltada para uma análise à escala individual. Há autores que procuram compreender as mudanças estruturais para explicar tipos de individualidades específicos do tempo histórico - ou as condições sociais para a individualização, como Durkheim em *Da divisão social do trabalho* (1999) – e outros que, a partir das experiências individuais e biografias, tentam explicar a sociedade.

Cabe agora, em seguida, identificar em Beck/Beck-Gernsheim e em Elias cada uma dessas tradições e de que modo eles se inserem e contribuem para uma Sociologia do Indivíduo.

³ O primeiro ligado a Durkheim (e também a Simmel) e o segundo a Weber (HONNETH, 2004).

⁴ É importante ressaltar que a explicação de Honneth (2004) para ambos os conceitos, relacionando-os a Durkheim e Weber, respectivamente, não tem a mesma característica analítica de Martuccelli (2007, p.35), no sentido de separar conceitualmente socialização, subjetivação e individualização como “modelos analíticos puros”. O que Honneth cita como individualização pode ser interpretado, à luz das ideias de Martuccelli, como subjetivação, devido ao fato do autor alemão relacionar a “libertação” dos indivíduos dos modos tradicionais de sociabilidade com uma possibilidade de maior liberdade e autonomia dos membros da sociedade.

2. Norbert Elias e a Sociedade dos Indivíduos: uma síntese das três tradições?

Martuccelli é cuidadoso em dizer que as tradições classificadas por ele são nada mais que modelos analíticos puros. Ou seja, essa divisão serve muito mais para esclarecer a força de uma ou outra característica presente em uma ou outra tradição sociológica, do que, ingenuamente, afirmar que as possibilidades de transversalidade entre as tradições são remotas. Dito de outra forma, tal classificação indica que em determinada tradição sociológica há um núcleo explicativo principal que dialoga, inevitavelmente, com aspectos secundários àquela forma de explicar o mundo. Uma tradição que tem a socialização como núcleo principal não despreza, necessariamente, os processos de individualização e de subjetivação e assim pode-se compreender logicamente todas as outras possibilidades. Não são todos os autores, no entanto, que têm presente todas as tradições em sua obra, de modo a elucidar seu problema sociológico principal. Segundo Martuccelli, Elias é um desses autores:

Un autor como Norbert Elias ilustra este punto a la perfección. Si su estudio del individuo recurre a las tres matrices, su unidad se organiza en torno al núcleo problemático propio de la subjetivación, como lo demuestra la ecuación que trata de establecer, en la doble descendencia de Weber e Freud, entre el autocontrol personal y el monopolio de la violencia legítima ejercida por el Estado. (MARTUCCELLI, 2007, p. 35).

Mas como Elias faz isso e de que modo ele contribui para os estudos do indivíduo?

O nome de um dos seus textos clássicos - *A sociedade dos indivíduos* (1994) - já demonstra a tentativa eliasiana de síntese. Não necessariamente a síntese à qual me refiro no título deste segundo tópico, mas sobretudo uma síntese entre um âmbito mais estrutural e coletivo e outro mais interacional e individual. Para Elias, se a sociedade existe porque há indivíduos, as transformações históricas, no entanto, independem da vontade isolada de cada indivíduo. A sociedade, nesse sentido, não é algo supraindividual e ao mesmo tempo não pode ser resumida ao indivíduo isoladamente. Cabe então uma preocupação central do autor:

[...] como é que eles (os indivíduos) formam uma “sociedade” e como sucede a essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem. (ELIAS, 1994, p. 14).

A saída traçada por Elias para esse impasse clássico da sociologia é original e cabe aqui já adiantar o argumento do autor. Os indivíduos em sociedade formam uma existência “não-finalista” (ELIAS, 1994, p. 16), ou seja, não há um objetivo de existência. Eles – os indivíduos e a sociedade – simplesmente existem. Nem o indivíduo nem a sociedade são um fim em si, pois sua existência é desprovida de objetivo. No entanto, isso não significa dizer que as relações entre indivíduos sejam construídas num vácuo intencional/racional. Esta saída aponta apenas para o fato de que a sociedade não é resultado de uma intenção individual, embora ela exista por existir indivíduos. É essa existência não-finalista que possibilita a relação entre os indivíduos, pois suas relações concretas não estão voltadas para um fim societal coletivo, mas sim para a própria relação. Essa questão fica mais clara ao trazer os conceitos eliasianos de rede e função: cada indivíduo carrega consigo uma função específica, relacionada à sua posição na sociedade da qual faz parte. Embora o tipo de sociabilidade da sociedade moderna apresente uma imagem acelerada e aparentemente disfuncional, as pessoas estão interligadas por uma rede funcional invisível. Nesse sentido, os indivíduos são interdependentes, pois tal configuração funcional condiciona as relações sociais. Mas,

essa rede de funções no interior das associações humanas, essa ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais, não deve sua origem a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de *muitas* pessoas individuais. Não foi com base na livre decisão de muitos, num *contrato social*, e menos ainda com base em referendos ou eleições, que a atual rede funcional complexa e altamente diferenciada emergiu, muito gradativamente,⁵ das cadeias de funções relativamente simples do início da Idade Média, que no Ocidente, por exemplo, ligaram as pessoas como padres, cavaleiros e escravos. [...] Por baixo de cada um desses acordos cumulativos há, entre essas pessoas, uma ligação *funcional* preexistente que não é apenas somatória (ELIAS, 1994, pp. 19-20).

Algumas questões importantes podem ser levantadas nesse momento, para que, logo em seguida, seja possível inserir o argumento de Elias na perspectiva de Martuccelli:

- a) cada sociedade, num determinado tempo histórico, tem uma configuração funcional específica;
- b) essa configuração funcional não é produto de escolhas individuais, mas sim de um processamento socio-histórico de longo prazo;
- c) a configuração funcional condiciona as possibilidades de

⁵ A ênfase de Elias na temporalidade dos processos sociais é central na sua obra. Embora não esteja no centro da argumentação desse artigo, é importante ressaltar que Elias se refere a processos de longo tempo histórico. Sua sociologia processual não se trata de uma análise do presente, mas sim de uma análise de configurações sociais lentamente desenvolvidas historicamente.

características individuais serem desenvolvidas, ou seja, tal “estrutura” se configura como condições estruturais de possibilidades de desenvolvimento de tipos de indivíduos; d) no entanto, embora as funções sejam preexistentes aos indivíduos, elas não estão fora deles, mas são vividas nas relações concretas; e) a sociedade não é formada por uma configuração apenas, mas por várias; nesse sentido, o indivíduo é produto da interseção das várias configurações funcionais de uma determinada sociedade.

Poderia resumir, grosso modo, a teoria da mudança eliasiana a partir dos itens citamos acima. Mas estaria incompleto principalmente por uma questão específica e central em sua teoria: a diferenciação social (e os processos de mudança) não são apenas estruturais em termos sociais (como a divisão do trabalho, as mudanças dos costumes, etc), mas também em termos psíquicos. Os sentimentos e a capacidade de autocontrole das emoções são produtos sociais, acima de tudo. Para Elias, a mudança social (ou os processos de diferenciação) pode ser explicada pelo diálogo entre uma psicogênese e uma sociogênese. Talvez agora o argumento sobre a teoria de Elias esteja mais próximo do diálogo com Martuccelli.

O que Elias propõe ao tentar explicar o processo civilizador como um fenômeno complexo e de longuíssimo prazo, a partir de um diálogo entre psicogênese e sociogênese, leva a uma síntese das três tradições apresentadas por Martuccelli:

El estudio de la socialización se abre pues a menudo hacia la sociología psicológica; la subjetivación es una variante de la sociología política; la individuación es una sociología histórica de un tipo particular (MARTUCCELLI, 2007, p. 35).

Ora, o diálogo entre psicogênese e sociogênese é, dito de outra forma, uma junção dessas três tradições acima. Segundo Elias, a produção de uma psicogênese específica se dá a partir do processo de socialização primária, quando o indivíduo é mais maleável às normas e condicionantes culturais, morais e psicológicos do seu grupo, os quais são dependentes, como visto, do contexto sócio-histórico do qual tal grupo faz parte e da configuração funcional específica em questão:

Somente ao crescer num grupo é que o pequeno ser humano aprende a fala articulada. Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E a língua que aprende, o padrão de controle instintivo e a composição adulta que nele se desenvolve, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ele acarreta (ELIAS, 1994, p. 23).

Esse processo formador de personalidades, típico de Elias, encaminha seu argumento com maior força para a tradição da subjetivação. Os processos de socialização somados ao contexto histórico, que produz um tipo específico de individualização, leva a uma condição sócio-histórico-psíquica de subjetivação. É com o tipo de racionalização específico da modernidade que Elias está preocupado – ou seja, com o processo de diferenciação e complexificação das funções mentais acarretado pelas mudanças sociais de longo prazo. Como bem lembra Martuccelli, numa citação feita anteriormente, Elias, em síntese, tenta compreender, dentre outras coisas, como a formação do Estado Moderno, sobretudo no que se refere ao controle legítimo da violência, produz um tipo específico de subjetividade – a qual, nesse caso, é definida, basicamente, pela capacidade de autocontrole das emoções e instintos. Ou seja, o controle legítimo da violência por parte do Estado gera condições de possibilidades de desenvolvimento de certas características individuais. Já que não é mais necessário nem mesmo permitida a violência entre os indivíduos, Elias entende que novas formas de interagir e de se fabricar enquanto sujeito (no sentido de uma nova forma de racionalização) são produzidas. Em resumo, traduzindo Elias à luz de Martuccelli: o diálogo entre os processos de socialização, ou seja, as capacidades psíquicas individuais de absorver as normas e costumes de uma configuração social específica, com os processos de individualização (as condições sócio-históricas para a formação do indivíduo – em sua obra traduzidas como o processo civilizador) gera um tipo específico de indivíduo (ou de individualidade).⁶

Sem dúvida, a avaliação de Martuccelli ao inserir Elias mais próximo da tradição da subjetivação faz sentido ao levar em conta a preocupação deste último com o tipo mesmo de individualidade produzido pelo processo civilizador. No entanto, é problemático pensar na obra eliasiana como algo próximo do pensamento marxiano/marxista ou do pós-estruturalismo foucaultiano, ou até mesmo da teoria crítica frankfurtiana. Conceitos como emancipação, liberdade e autonomia não estão explicitamente presentes e nem como pano de fundo intuitivo de sua obra. É possível dizer que a interdependência funcional entre as pessoas é uma resposta eliasiana à questão da autonomia e da liberdade, mas não se trata de uma questão para o autor. Também seria possível pensar que o processo civilizador, numa crítica a Elias, seria, antes de tudo, um processo de sujeição e de controle dos indivíduos.

⁶ O conceito de individualidade em Elias remete justamente ao resultado de diferenciação e complexificação mentais causado pela interação dentro ao longo do processo histórico. Em resumo, pode ser definido como a característica típica de um indivíduo em dado período sócio-histórico, desenvolvida pelo processo de socialização (ELIAS, 1994).

Mas para além do que já foi tratado acima, é plausível que Elias seja inserido muito mais como um autor de síntese das três tradições do que encaixá-lo como um “ícone” da subjetivação⁷. É muito presente a força da socialização em sua obra, assim como a subjetivação nos termos já tratados. Ademais, não pode passar despercebido o fato de que talvez Elias tenha sido o teórico pioneiro da individualização, nos termos de Martuccelli. Simmel e Durkheim, antes dele, sem dúvida estiveram dedicados a esse problema, mas é Elias que faz um dos trabalhos mais sofisticados ao realizar um diálogo preciso entre uma biografia e os processos de individualização mais amplos. Segundo Martuccelli,

el estudio de la individuación debe dar prioridad analítica a los cambios históricos, ya sea que se trata de abordarlos, como se hizo en el primer momento, en tanto factores macrosociológicos de individuación, o bien bajo la forma de una serie de experiencias o pruebas de individuación, como tiende a ocurrir en un segundo momento (MARTUCCELLI, 2007, p. 34).

Ora, o que seria então o estudo eliasiano da biografia da Mozart senão o que Martuccelli define como os dois campos da individualização? Se o estudo sobre o processo civilizador esteve focado nas mudanças históricas, *Mozart – Sociologia de Um Gênio* (1995) apresenta um sofisticado diálogo entre planos de individualização distintos, porém componentes de uma mesma realidade.

3. Beck/Beck-Gernsheim e o processo de individualização da segunda modernidade: o individualismo institucional

Antes de tratar do argumento central de Beck/Beck-Gernsheim, é necessário que sejam feitas algumas ressalvas em relação à comparação desses autores com Norbert Elias. Primeiramente, no que se refere à estrutura das teorias em questão, a de Elias apresenta uma ambição muito mais clara em estabelecer uma explicação ampla sobre os processos de mudança social a partir de conceitos sociológicos que traduzem seu argumento dentro de uma teoria sociológica. A teoria de Elias, como dito antes, tem um compromisso que perpassa os grandes teóricos da sociologia: compreender as nuances existentes entre indivíduo e sociedade, dentro de

⁷ No entanto, é importante lembrar a análise de Martuccelli e Singly (2012, p. 44) sobre Elias: “Es, entonces, la conciencia de sí, propia del hombre civilizado lo que explica el corte entre su yo y el mundo. Los individuos tienen sentimiento de que su verdadero yo, su ‘yo en sí mismos’ como dice Elias, está encerrado en un calabozo denominado ‘sociedad’.” Isso vai de encontro ao argumento de Elias de que “a moldagem e a diferenciação mentais a que nos referimos como ‘individualidade’ só são possíveis para a pessoa que cresce num grupo, numa sociedade.” (ELIAS, 1994, p. 24). Ou seja, para Elias, a sociedade é o que possibilita a consciência do indivíduo sobre si mesmo – a divisão entre indivíduo e sociedade é fruto do processo civilizador. Nesse sentido, essa característica epistemológica de sua obra insere seu pensamento próximo da tradição da subjetivação.

um diálogo com a tradição sociológica de modo a desenvolver esta ciência ao fornecer novas ferramentas conceituais, como por exemplo o conceito de *configuração*. No caso de Beck/Beck-Gernsheim, sua obra pode ser interpretada muito mais como uma diagnóstico temporal da segunda modernidade do que como uma teoria heurísticamente comprometida em explicar os fenômenos sociais. Sem dúvida, alguns conceitos não podem ser desprezados, como os de *sociedade de risco*, *modernização reflexiva*⁸ e *individualização*, pois são partes importantes de sua teoria; no entanto, sua obra aponta, primordialmente, para um problema próprio da segunda modernidade que deve ser objeto de pesquisa da sociologia. Uma segunda e última ressalva trata do tempo histórico analisado pelos autores em questão. Se Elias analisa o processo de modernização da primeira modernidade, Beck/Beck-Gernsheim se debruçam sobre as rupturas causadas pela passagem da primeira para a segunda modernidade.

Isso diferencia os autores em duas vias importantes: a) uma vez que o processo de modernização estudado por Elias remonta à criação do Estado Moderno, sua teoria é forte o suficiente para compreender processos de longa duração, o que isenta sua obra de certo *presenteísmo* analítico⁹. Em Beck, no entanto, trata-se de uma análise de um tempo histórico recente e muito próximo do autor. Isso faz com que as preocupações de seus escritos apontem, sobretudo, para aspectos empíricos da realidade observada, ainda passível de maior maturação conceitual; b) as características da primeira e da segunda modernidade são distintas e, devido a isso, a análise dos autores são feitas a partir de conteúdos empíricos diferentes.

O conteúdo empírico analisado por Beck/Beck-Gernsheim (ou o diagnóstico dado por eles à segunda modernidade) é, sobretudo, um cenário negativo para o qual a sociologia deve se voltar e explicar os problemas decorrentes dele. De acordo com esses autores, a passagem da primeira para a segunda modernidade, na constituição de uma sociedade pós-classe, pós-industrial, causou uma ruptura nas categorias valorativas, racionais e institucionais construídas ao longo da primeira modernidade:

⁸ Este conceito não será tratado explicitamente neste artigo, mas estará presente nas entrelinhas. Então cabe defini-lo brevemente: o caráter reflexivo do qual trata Beck não está relacionado ao indivíduo ou a ação individual, mas sim à reflexividade própria da segunda modernidade, que teria colocado em cheque, num primeiro momento, as referências morais, científicas, sociais e culturais da primeira modernidade. E num segundo e infundável momento, a reflexividade desafia as referências próprias da segunda modernidade. Esse aspecto reflexivo da modernidade seria aquilo que causa um amplo cenário de incerteza na sociedade contemporânea: uma espécie de modernidade incompleta, inacabada.

⁹ Isso não significa que Elias se absteve de fazer uma análise do seu tempo, mas destaca a característica metodológica própria de sua obra.

Whatever we consider – God, nature, truth, science, technology, morality, love, marriage – modern life is turning them all into ‘precarious freedoms’. All metaphysics and transcendence, all necessity and certainty are being replaced by artistry. In the most public and the most private ways we are helplessly becoming high-wire dancers in the circus tent. And many of us fall (BECK; BECK-GERNSEIM, 2002, p. 2).

O termo “liberdades precárias” indica um aspecto interessante. A mudança social apresentada por Beck no interior da modernidade apresenta uma característica ambivalente de individualização. Se agora os indivíduos estão “libertos” das formas sociais tradicionais, como classe e família, cabe a eles, e somente a eles, “escolher” os seus destinos individuais. Os indivíduos estão livres, mas jogados à indeterminação de suas escolhas. Ou, nos termos do autor, estão em risco. Embora ambivalente, no entanto, a precariedade da liberdade dos indivíduos encaminha o argumento de Beck para um caráter trágico da individualização na segunda modernidade. E, de certa forma, o aproxima da tradição alemã, que indicou que o “individuo no puede realizarse sino en sociedad, la cual, sin embargo, conspira de muchas maneras contra su plenitud singular” (MARTUCELLI; SINGLY, 2012, p. 42). Aqui há uma grande diferença em relação ao pensamento de Elias, pois, para este último, a sociedade (ou o processo de modernização) não se constitui como uma barreira para o desenvolvimento das singularidades individuais. A modernização, para Elias, não é ambivalente, e sim positiva, sobretudo pelo seu caráter evolutivo, a partir do qual subentende-se que o estágio da civilização moderna estaria em superioridade social em relação a outras etapas do processo civilizatório. Em Beck, pelo contrário, o processo de individualização produzido pela segunda modernidade gera potenciais riscos civilizatórios, que vão desde o desemprego em massa até aquilo que ele chama de individualismo institucional.

A ideia de individualismo institucional talvez seja o insight teórico mais rico de Beck e se confunde, inclusive, com a proposta de uma sociologia do indivíduo. Nas palavras de Martuccelli e Singly,

El interés actual por el individuo procede de una convicción teórica específica: el estudio de la sociedad contemporánea es inseparable del análisis del imperativo social que obliga a los individuos a constituirse en tanto individuos (MARTUCELLI; SINGLY, 2012, p. 35).

Ora, o individualismo institucional está muito perto dessa justificativa. Os indivíduos estão livres das instituições tradicionais e cabem a eles responderem por si e não mais pelo grupo do qual faz parte. A consequência negativa disso, no entanto, é que crises sociais e coletivas se apresentam tanto para a sociedade quanto para o indivíduo como um fracasso individual. Esse imperativo de tornar-se indivíduo, para Beck, adquire uma característica de formação

subjetiva trágica: uma insegurança permanente das próprias biografias (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002). A diferença do processo de individualização da primeira para a segunda modernidade é que, agora, os indivíduos não só estão no centro das ações sociais, mas respondem pelos fracassos coletivos. A instituição está incorporada no indivíduo; porém, a força institucional não existe neles. Ou seja, questões estruturais, como o desemprego, passam a ser de responsabilidade do indivíduo. O desemprego aparece como uma “escolha” ou como uma incapacidade individual, o que individualiza até mesmo a desigualdade social e econômica de uma sociedade.

Esse processo perverso de individualização institucional, no entanto, não se constitui numa particularização extrema, dentro da qual os indivíduos estão atomizados entre si. Na verdade, o individualismo institucional é muito mais um imperativo universalista, ou seja, uma espécie de consenso normativo a partir do qual todos os indivíduos devem se responsabilizar pelos seus atos pois são livres (embora obrigados) a agir. Somado a isso, a dissolução das formas institucionais tradicionais, como classe ou estamento, não leva a uma despadronização da vida social; pelo contrário, novas dependências surgem no horizonte do indivíduo, com destaque para a necessidade de atender às demandas do mercado de trabalho, que exige qualificação/formação profissional permanente. Embora Beck traga para sua análise aspectos voltados para a flexibilização do mercado de trabalho, o imperativo consumista e os altos níveis de desemprego na segunda modernidade¹⁰¹¹, algo muito distante do que foi analisado por Elias, é comum aos dois o foco no efeito de contextos estruturais na produção de tipos de individualidades, numa junção de individualização e subjetivação. Se para Elias, o processo de individualização produz um indivíduo positivamente autocontrolado, livre das suas pulsões instintivas, para Beck/Beck-Gernsheim, por outro lado, cobra-se do indivíduo uma autodeterminação num meio incontrolável, resultando num tipo subjetivo específico, próximo daquilo que Honneth chamou de sofrimento de indeterminação (HONNETH, 2007). A necessidade normativa de ter que tomar decisões (escolher a profissão, se vai casar ou não, o que vai consumir, se deseja ou não ter filhos, etc) transforma as biografias num processo contínuo de “escolhas” aparentemente determinadas, mas que, no fim, esbarram na incapacidade individual de lidar com a contingência.

Tanto em Elias quanto em Beck/Beck-Gernsheim, individualização e subjetivação estão imbricados e, por vezes, se confundem entre si. Para o teórico do processo civilizador, no entanto, a força da socialização enquanto processo formador de indivíduos é muito presente,

¹⁰ Algo também comum a Sennett (2005) ao analisar as consequências do capitalismo flexível.

¹¹ Talvez com a mesma importância para sua explicação, estão as mudanças nos arranjos familiares, na formação escolar/acadêmica, as condições e tipos de moradia, mudanças nos papéis sexuais, etc.

o que para Beck não parece ter grande importância. Embora seja possível inferir que as mudanças nos arranjos familiares e as perdas de referências culturais, morais e sociais influenciam diretamente no processo de socialização, não está explícito em sua obra – e nem adquire uma força explicativa destacada – de que maneira a socialização influencia na formação do indivíduo institucionalizado. De certa forma, falta em Beck a sutileza eliasiana de, ao partir de uma abordagem de processos estruturais amplos, não desprezar as características psíquicas e as formações psicológicas de determinado tempo histórico. Ainda que este autor diagnostique o risco em potencial ao qual as biografias estão sujeitas, estas (as biografias) não são seu ponto de partida – nem mesmo um ponto empírico de diálogo, pois aparecem apenas como uma constatação de uma análise estrutural.

4. Considerações Finais

A contribuição de Martuccelli (2007) para guiar a leitura dos autores trabalhados nesse artigo foi imprescindível. No entanto, a pureza analítica de seus modelos das tradições sociológicas engessa, de certa maneira, o diálogo entre elas. Além disso, é preciso traduzir, nos textos de Beck e Elias, o termo “individualização” a todo momento, pois, ora significa um tipo específico de subjetivação, ora um processo estrutural produtor de um tipo de subjetivação.

Nessa conclusão, porém, não cabe retomar a argumentação feita ao longo do artigo, mas sim apontar para questões que podem ser desenvolvidas em seguida, mais à frente. Aceita-se o pressuposto comum aos autores de uma Sociologia do Indivíduo: cada sociedade, em determinado tempo histórico, apresenta um tipo específico de individualização/subjetivação. Tanto Martuccelli quanto Elias e Beck/Beck-Gernsheim apontam para o historicismo do qual os estudos sobre o indivíduo não podem prescindir. Nesse sentido, cabe perguntar: que individualização é típica de processos de modernização periférica? Há apenas um tipo de individualização, padronizada a todos os indivíduos numa mesma sociedade? Na modernização periférica, que configurações funcionais ou contextos institucionais produzem os tipos de individualidades? O monopólio legítimo da violência foi constituído da mesma forma nos Estados Modernos Periféricos? Há uma confiança individual, como uma espécie de consenso

normativo, na eficiência do Estado como garantidor das liberdades individuais? Que camada da sociedade brasileira, por exemplo, se assemelharia mais ao tipo de individualização traçado por Beck e qual estaria mais distante? Os subcidadãos brasileiros, como apresentados por Jessé Souza (2012) – a já famigerada ralé –, são indivíduos? É possível falar de uma incerteza biográfica para pessoas que nunca experienciaram a autodeterminação? Em que medida é possível falar de individualização num cenário no qual a experiência de cidadania é nula ou, ainda mais grave, é negada não só a um indivíduo, mas a gerações de uma mesma camada social? Que tipo de individualização é experienciada por negros, gays, mulheres e pessoas trans? Em livro recente, Martuccelli (2010) indaga: existem indivíduos no Sul global? Embora nem eu nem este autor esteja propondo uma leitura identitária dos processos de individualização, este conceito serve para se pensar os processos históricos de desigualdade social que, de um lado, formam cidadãos (indivíduos) e, de outro, subcidadãos (não-indivíduos). Sem dúvida, cabe pensar o quanto de capitalismo tardio (CARDOSO DE MELLO, 1982), por assim dizer, resta num processo de modernização à brasileira, onde as separações práticas entre instituição e indivíduo não são completas.

Se por um lado os “teóricos do indivíduo” apresentados nesse trabalho (Elias e Beck/Beck/Gernsheim) contribuem para essa reflexão, por outro, é certo que faltam ferramentas explicativas e diagnósticos precisos voltados para realidades outras que não a eurocêntrica. Este talvez seja o maior desafio a seguir.

Referências

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2002). Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences. SAGE publications.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1982). O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense.

DURKHEIM, Émile (1999). Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes.

ELIAS, Norbert (1994). A sociedade dos indivíduos. Jorge Zahar Editor. 1ª ed. Tradução: Vera Ribeiro.

_____. (1995). Mozart: sociologia de um gênio. Jorge Zahar Editor. Tradução: Sergio Goes de Paula.

HONNETH, Axel (2004). Organized self-realization: some paradoxes of individualization *in* European Journal of Social Theory 7(4), pp. 463-478. London, SAGE Publications.

_____ (2007). Sofrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel. Editora Singular, 1ª ed.

MARTUCCELLI, Danilo (2007). Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo. LOM Ediciones.

_____. (2010). ¿Existen individuos en el Sur? LOM Ediciones.

_____; SINGLY, François de (2012). Las sociologías del individuo. 1ª ed. LOM Ediciones.

SENNETT, Richard (2005). La corrosión del carácter: las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo. 5ª ed. Editorial Anagrama. Tradução: Daniel Najmías.

SOUZA, Jessé (2012). A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2ª ed. Belo Horizonte. Editora UFMG.